

PROVA OBJETIVA
EDITAL N.º. 0001/2017/SPU

1) O Decreto nº 8587/2017 tem como finalidade regulamentar do Exercício Comercial e Respetivo Funcionamento de Feira Livre Itinerante, de Trabalhos Artesanais, Feira Cultural e Feiras Sazonais, realizada com apoio do poder público no Município de Balneário Camboriú.

Em relação ao assunto, é correto afirmar:

I – Feiras Itinerantes correspondem a comercialização de produtos em geral e artesanais, de produtos hortigranjeiros, flores, plantas frutíferas e ornamentais, bem como produtos de industrialização rural, gêneros alimentícios e alimentos de preparo e consumo imediato, cujo são destinados ao comércio varejista;

II – Feiras de Artesanato e Antiguidades correspondem a exposição e comercialização de produtos artesanais (inclusive alimentícios) produzidos na região da AMFRI e produtos de antiguidades;

III – No que diz respeito a padronização de uniformes, barraca e/ou similares, apresentação de produtos, entre outros itens necessários relacionados a parte visual da feira, feirantes e barracas, serão de responsabilidade da Secretaria de Planejamento em acordo com a Secretaria da Fazenda de Balneário Camboriú o estabelecimento de suas diretrizes, conforme regulamento específico e dentro dos ditames legais vigentes;

IV – Cada feirante somente poderá requerer um Alvará, negando - se o direito de registro de mais de uma barraca em um só nome, exceto para pessoa jurídica;

V – Compreende-se como produtos artesanais,

aqueles que são de fabricação doméstica, feitos de forma manual, podendo sofrer qualquer processo de industrialização.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas I e II

b) São corretas apenas as afirmativas I, II e III

c) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV

d) São corretas apenas as afirmativas III, IV e V.

2) A Lei Municipal n.º 2998/2009 dá nova redação às tabelas B e C da Lei n.º 223/1973, e autoriza a possível atividade ambulante dos seguintes produtos:

a) Sorvetes e picolés em caixas metálicas; Refrigerante e cerveja em lata/água mineral em frasco plástico; biscoito recheado.

b) Rabicó; cocada; espetinhos de bolinhas de queijo fritos.

c) Suco natural em bombonas metálicas; Biscoitos sem recheio e sorvetes e picolés em caixa de isopor.

d) Chá mate gelado em bombonas metálicas; Refrigerante e cerveja em lata/água mineral em frasco plástico; bombons e trufas artesanais.

3) Das penalidades previstas referentes as Feiras Livres Itinerantes no Decreto nº 8587/2017, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Todo feirante que descumprir o estabelecido no Capítulo II do Decreto nº 8587/2017, será suspenso por 10 (dez) dias. Na hipótese do feirante reincidir na suspensão prevista, dentro do prazo de 90 (noventa dias) terá sua matrícula cassada definitivamente;

b) Para aplicação das penalidades aos infratores, deverá na autuação procedida, ser demonstrada com clareza, a quem cabe a culpa da infração cometida, o número da unidade, o titular da Alvará, a disposição legal infringida, a hora e a data em que sucedeu a ocorrência e as testemunhas que presenciarem o fato, se houverem;

c) Para poder recorrer da multa aplicada, deverá o infrator efetuar, preliminarmente, o depósito respectivo, perante a divisão de abastecimento, cuja importância depositada, uma vez julgado procedente o recurso interposto, será devolvida ao interessado, mediante protocolo aos órgãos competentes;

d) Na hipótese de apreensão/inutilização de mercadorias, balanças, pesos e medidas, será lavrado o competente auto, com duas testemunhas, fazendo-se "a posteriori" a remessa de material apreendido aos órgãos competentes.

4) Analise a sentença abaixo, e assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto, de acordo com a Lei nº. 300/1974:

"O auto de constatação de infração, deverá conter _____, com indicação do seu respectivo endereço, e será lavrado de próprio

punho e firmado pelo _____ que tiver verificado a existência da infração."

a) a assinatura do funcionário / depoente

b) a assinatura do autuado / funcionário

c) o nome da mãe do autuado / denunciante

d) a assinatura do autuado / diretor de fiscalização de obras

5) Segundo a Lei nº. 300/1974, a lavratura do auto de constatação de infração poderá ser feita:

a) não só no curso como depois de consumada a infração, com a terminação da obra, do ato ou fato que constituírem a mesma infração;

b) somente no curso da infração, com o andamento da obra, do ato ou fato que constituírem a mesma infração;

c) depois de consumada a infração, com a terminação da obra, do ato ou fato que constituírem a mesma infração;

d) somente após 90 (noventa) dias após a terminação da obra, do ato ou fato que constituírem a mesma infração.

6) Segundo a Lei nº 238/1973 que dispõe sobre o Comércio Ambulante do Município, o vendedor ambulante é responsável, sob pena de multa e ou cassação do "Alvará", pela limpeza de sua área de atividade, num raio de ação até:

a) 10 (dez) metros

b) 25 (vinte e cinco) metros

c) 100 (cem) metros

d) 125 (cento e vinte e cinco) metros

7) Conforme a Lei nº 1008/90, o exercício da locação de cadeiras de praia e guarda-sóis é pautado em algumas regras.

I - As cadeiras de praia e guarda-sóis poderão estar dispostos na faixa de areia para locação;

II – Os guarda-sóis deverão ter formato circular com diâmetro máximo de 02 (dois) metros;

III- É vedada a locação de espreguiçadeiras;

IV- É vedada a locação de esteiras de praia que não sejam do material palha;

V - É permitida a locação concomitante máxima de 50 (cinquenta) guarda-sóis e de 100 (cem) cadeiras de praia por ponto licenciado. (Redação acrescida pela Lei nº 3754/2014)

Assinale a alternativa que indica as afirmativas corretas:

- a) I, II, III
- b) II, III e V**
- c) V e V
- d) I, IV e V

8) Considerando a Lei nº 1008/90 que dispõe sobre o Uso de Bem Público e dá outras providências, analise a sentença abaixo e assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

“Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar licença para o exercício do comércio de atividade temporária em espaço público a terceiros, caracterizado por ato unilateral, discricionário e precário, para o fim de _____, em pontos determinados ao longo de toda a extensão da _____, como também em todas as _____ do município, conforme disposto nesta Lei.”

a) venda de milho verde cozido, churros e locação de cadeiras de praia e guarda-sóis / Avenida Atlântica Brasil / praias agrestes

b) venda de milho verde cozido, churros e locação de cadeiras de praia e guarda-sóis / calçada no Município de Balneário Camboriú / regiões rurais

c) venda de milho verde cozido, salgados fritos ou congelados e locação de cadeiras de praia e guarda-sóis / Avenida Atlântica Brasil / praias agrestes

d) venda de milho verde cozido, churros, locação de cadeiras de praia e guarda-sóis / Avenida Atlântica na praia central / praias agrestes

9) Conforme dispõe a Lei nº 238/1973, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nenhum comércio ambulante é permitido no Município sem o respectivo "Alvará de Licença".

b) É permitido, fora de estabelecimento fixo, a venda de bebidas alcoólicas e as não alcoólicas em recipientes de vidro.

c) Os vendedores ambulantes não poderão estacionar na frente de casas de comércio que explorem o mesmo ramo.

d) Os vendedores ambulantes e entregadores de qualquer gênero alimentício deverão, obrigatoriamente, cumprir todas as condições e exigências impostas pela Secretaria de Saúde do Estado.

10) Assinale a alternativa CORRETA, a respeito do comércio ambulante, segundo a Lei nº 300/1974.

a) Comércio ambulante é toda e qualquer forma de atividade não-lucrativa, exercida por conta própria, e que não se opere na forma e nos usos do comércio localizado, ainda que com este tenha ou venha a ter ligação ou intercorrência, caracterizando-se, nesta última hipótese, pela improvisação de vendas ou negócios, que se realizem fora do estabelecimento com que tenha conexão.

b) A licença para o comércio ambulante será concedida mediante nomeação da câmara de vereadores

c) A licença para o comércio ambulante é individual, intransferível e exclusivamente para o fim para que foi extraída, e deve ser sempre conduzida pelo seu titular, sob pena de multa

d) Em determinadas atividades, poderá ser autorizado o comércio ambulante sem o respectivo alvará de licença.

11) Conforme dispõe a Lei nº 300/1974, sobre os anúncios de propaganda:

I – São proibidos os anúncios inscritos nas folhas das portas e janelas;

II – nas fachadas de edifícios, quando estranhos ao gênero de negócio, indústria ou profissão nos mesmos explorados, exceto de luminosos

III – São proibidos os anúncios escritos ou impressos em idioma estrangeiro como os cardápios de hotéis, restaurantes, bares, cafés ou semelhantes, a menos que não exista expressão correspondente no idioma nacional, ou desde que com a sua repetição em língua portuguesa;

IV – São proibidos os anúncios em avulsos, para distribuição ao público, nas vias públicas ou para entregas a domicílio, sem licença especial da Municipalidade

V – São proibidos os anúncios em faixas que atravessem a via pública

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

a) I, II, III

b) II, III, IV

c) II, IV e V

d) I, II, III, IV e V

12) Segundo a Lei nº 300/1974, a respeito dos Cafés, Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Botequins e Similares, é INCORRETO afirmar:

a) Para sua instalação e funcionamento, dependem de licença da Municipalidade, a qual lhes fixará os horários de atividade, sem prejuízo das imposições da Saúde Pública;

b) São obrigados a manter, sob pena de multa, sob o sol, artigos de fácil deterioração,

c) São obrigados a manter, sob pena de multa, seus empregados e garçons limpos, convenientemente trajados e de preferência uniformizados;

d) É proibido, sob pena de multa, permitir algazarra ou barulho que perturbe o sossego público.

13) Conforme a Lei nº 300/1974, todo estabelecimento comercial é obrigado a manter seu recinto:

a) com forno crematório para incineração das matérias orgânicas provenientes de suas atividades;

b) em perfeita limpeza e higiene e a ter, em lugar visível e acessível, recipiente coletor de lixo;

c) seus empregados trajados com camisetas regatas, bermudas e chinelos abertos, considerando que o Município de Balneário trata-se de cidade de veraneio;

d) com mercadorias expostas fora do horário de funcionamento.

14) No que dispõe a Lei n.º 2998/2009, o contribuinte que efetuar o pagamento da Taxa de Licença e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza para o exercício de atividades temporárias, no período compreendido entre 1º de setembro a 10 de fevereiro de cada exercício financeiro respectivamente, gozará de desconto de:

a) 30% (trinta por cento).

b) 40 % (quarenta por cento).

c) 70% (setenta por cento).

d) 90% (noventa por cento)

15) Dos termos de fiscalização segundo disposto no Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), é CORRETO afirmar que:

a) O termo somente poderá ser lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, se ali reside o fiscalizado ou o infrator;

b) Ao fiscalizado ou infrator não é obrigatório dar-se-á cópia do Termo, autenticado pela autoridade competente nem seu contrarrecibo original;

c) A recusa do recibo ser declarada pela autoridade e não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica e são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização, ou infração, mediante declaração de autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidos pela Lei civil.

d) A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, tem a opção de se opor a lavrar e assinar o termo circunstanciado do que apurar, além do mais que possa interessar, podendo obrigar o diretor do competente departamento a publicar edital notificando o infrator.

16) Segundo o Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), o contribuinte que iniciar atividades ou praticar atos sujeitos à Taxa de Licença, antes da concessão, desta ou na renovação da mesma; será punido com a seguinte penalidade:

a) multa de 20% (vinte por cento) da UFM;

b) multa de 40% (quarenta por cento) da UFM;

c) multa igual ao dobro da taxa de licença devida;

d) será arbitrado multa de 30 (trinta) Unidades Fiscais do Município – UFM.

17) Segundo o Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), o contribuinte que exercer clandestinamente atividade comercial ou de prestação de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, será punido com a seguinte penalidade:

a) multa de 100% (cem por cento) da UFM;

b) será arbitrada multa de 30% (trinta por cento) à 150% (cento e cinquenta por cento) do tributo devido ou vantagem ilícita pretendida ou realizada, conforme sua gravidade ou conforme o período sonegado;

c) será arbitrada multa de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município – UFM;

d) multa igual ao triplo da taxa de licença devida, e, imediata interdição administrativa do estabelecimento, com lacre, até que a situação seja regularizada ou a atividade encerrada.

18) O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, a cessação de suas atividades, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município, conforme Lei nº 223/1973, dentro do prazo da sua ocorrência de:

a) 15 (quinze) dias

b) 20 (vinte) dias

c) 30 (trinta) dias

d) 60 (sessenta) dias

19) De acordo com o Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), as Taxas de Licença tem como fato gerador:

a) os anúncios e publicidades do estabelecimento;

b) o exercício regular do poder de polícia administrativa do Município;

c) o exercício de atividades não-lucrativas;

d) atos de comércio e negócio praticados dentro e fora do município, nos termos da lei.

20) Assinale a alternativa CORRETA que em conformidade com a Lei nº 300/1974, o Alvará de Licença poderá ser cassado:

a) quando os agentes municipais não simpatizarem com o licenciado;

b) como medida preventiva a entendimento do Secretário da Fazenda;

c) quando se tratar de negócio diferente do requerido;

d) por solicitação da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, sem motivos fundamentados, considerando que a mesma é soberana para decidir assuntos desta natureza, conforme os termos da lei

21) Conforme Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), assinale a alternativa que se constitui infração tributária:

a) a comunicação prévia e por escrito do contribuinte com situação tributária regularizada perante o município, sobre a suspensão temporária do exercício de suas atividades;

b) efetuar a quitação da taxa de licença e localização dentro da data de vencimento;

c) O contribuinte que, intimado na forma da lei, efetuar o recolhimento, mas se manifestar de qualquer forma sobre o débito constante da intimação;

d) o exercício de atividade temporariamente suspensa sem que o Fisco Municipal tenha sido comunicado de que o contribuinte voltou a exercer suas atividades.

22) Assinale a alternativa correta, que de acordo com o Código Tributário do Município de Balneário Camboriú (Lei nº 223/1973), poderá instalar-se ou iniciar atividades, em caráter permanente ou eventual no município:

a) Qualquer pessoa, física ou jurídica, com ou sem estabelecimento, que se dedique à produção agropecuária, à indústria, ao comércio, às operações financeiras, à prestação de serviços ou atividades similares, mediante licença prévia do Município e pagamento da respectiva taxa;

b) Somente pessoas físicas cujas atividades são exercidas apenas em determinadas épocas do ano;

c) Somente contribuintes que apresentarem o Atestado de Pobreza mediante requerimento ao Prefeito;

d) Qualquer pessoa, física ou jurídica, que possua estabelecimento definido e parametrizado nas formas da lei, e que se dedique ao comércio, a indústria e as operações econômicas-financeiras, de cunho não-lucrativo e desenvolvimento do bem estar social e similares.

23) Considerando a Lei nº 223/1973, sobre o comércio eventual ou ambulante, é CORRETO afirmar:

a) A Taxa de Licença para o exercício eventual ou ambulante será exigível por mês ou dia;

b) O Comércio ambulante é exercido por pessoa jurídica, com estabelecimento e/ou instalação em localização fixa, construída nos parâmetros dados pela lei;

c) Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, em locais autorizados pela Prefeitura

d) Não há definições das atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos, ficando a critério do comerciante, sendo esta uma especificidade do comércio eventual e/ou ambulante, não aplicável ao comércio fixo localizado.

24) Considerando a Lei nº 223/1973, a respeito da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares, é INCORRETO afirmar que:

a) Dependerá da licença prévia da Prefeitura, e pagamento desta Taxa, de acordo com a Tabela V, o início de toda e qualquer construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição somente de edifícios e casas;

b) A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

c) A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra;

d) Findo o período de validade da Licença, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-la, mediante o pagamento da mesma taxa.

25) Considerando a Lei nº 223/1973, a respeito da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares, é INCORRETO afirmar que são isentos da citada taxa:

a) as obras realizadas em imóvel de propriedade da União, do Estado e de suas autarquias e fundações;

b) a construção de reservatórios de qualquer natureza, para abastecimento de água

c) a construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública, assim como de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura

d) casas ou prédios de madeira até 100 m²

26) Considerando a Lei nº 223/1973, a respeito da Taxa de Licença para Publicidade, é CORRETO afirmar:

a) É irrelevante, para efeitos tributários, o meio utilizado pelo contribuinte para transmitir a publicidade: tecido, plástico, papel, cartolina, papelão, madeira, pintura, metal, vidro com ou sem iluminação artificial de qualquer natureza.

b) Se o local em que será afixada a publicidade não for do contribuinte, este não necessita da autorização do respectivo proprietário, se a prefeitura já houver autorizado;

c) Para os efeitos desta lei e incidência da taxa, os termos publicidade, anúncio, propaganda e divulgação são divergentes;

d) O pedido de licença não necessita ser instruído com a descrição detalhada do meio de publicidade a ser utilizado, somente sua localização, para que a Secretaria de Planejamento efetue a verificação se o local a ser fixado atende as normas urbanísticas.

27) É INCORRETO afirmar que são isentos da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos, conforme aponta a Lei nº 223/1973:

a) os carrinhos de pipoca, torradas e similares;

b) os bens destinados a promoções sociais ou filantrópicas estabelecidas no Município;

c) os veículos de aluguel (táxi) devidamente legalizados na Prefeitura;

d) as barracas de feiras mesmo em locais designados pela prefeitura.

28) Analise a sentença abaixo, e conforme as Disposições as Obras de Pavimentação da Lei nº 223/1973, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

“Entende-se por obras ou serviços de pavimentação além da pavimentação propriamente dita, da parte _____, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e serviços administrativos quando contratados.”

a) carroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios

b) dos meios-fios e dos eixos das vias marginais;

c) de material de simples apedregulhamento;

d) dos eixos das vias e escoamento de bocas-de-lodo e dos passeios.

29) É CORRETO afirmar que no exercício da função, o Fiscal de Posturas, conforme Lei nº 223/1973, quando impedido ou vítima de embarço ou desacato, ou quando necessário a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei, como crime ou contravenção poderá:

a) Discutir agressivamente com o cidadão que o está impedindo;

b) requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal;

c) Decretar prisão ao cidadão que está impedindo sua ação;

d) Aplicar multa de 2 (duas) UFM's (Unidades Fiscais Municipais) ao cadastro do cidadão que o está impedindo, por desacato.

30) Segundo a Lei nº 2998/2009, o pagamento previsto para Taxa de Licença para Exercício de Atividades Temporárias poderá ser quitado em até 06 (seis parcelas). Assinale a alternativa correta sobre a medida tomada caso o contribuinte não efetue a quitação das parcelas nos prazos de vencimento:

- a) multa de 100% do valor da taxa;
- b) o contribuinte perderá o benefício do desconto instituído pela presente Lei, acrescentado de multa de 20% do valor de uma unidade fiscal do município;
- c) o contribuinte perderá o benefício do desconto instituído pela presente Lei, tendo seus créditos tributários reconstituídos pelos seus valores originais, somente com incidência de correção monetária;

d) o contribuinte perderá o benefício do desconto instituído pela presente Lei, tendo seus créditos tributários reconstituídos pelos seus valores originais, incidindo sobre eles correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), até a data de seu pagamento.

31) Conforme o Código de Normas e Instalações Municipais (Lei nº 300/1974), as multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo. É INCORRETO afirmar que:

- A) A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa;
- B) Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro;
- C) A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa;

d) Os infratores que estiverem em débito de multa poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

32) Conforme o Código de Normas e Instalações Municipais (Lei nº 300/1974), no caso de apreensões, é INCORRETO afirmar:

- a) a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura, quando a isto não se prestar a coisa, ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais;
- b) A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e indenizada a Prefeitura, das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito;
- c) No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido, em hasta pública pela Prefeitura;

d) o que for reincidente, isto é, o que violar preceito de lei por cuja infração já tiver sido autuado ou punido por 04 (quatro) vezes, se for proprietário de imóvel no território do município, este será tomado pela prefeitura de forma judicial, ficando a critério do poder executivo a venda ou retenção do imóvel para utilização da administração.

33) No que disserta a Lei nº 300/1974, o embargo é atribuição da fiscalização do Departamento competente, cabendo, em todos os casos, a aplicação das penalidades correspondentes às infrações verificadas. Diante disso, é INCORRETO afirmar que:

a) O embargo poderá ser feito em todos os casos em que ficar verificada a falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por Lei;

b) quando, a juízo do Departamento competente, houver perigo para a saúde ou para a segurança do público, ou do próprio pessoal empregado nos diversos serviços, ou ainda para a segurança e estabilidade ou a resistência das obras em execução, dos edifícios, dos terrenos ou das instalações, o embargo é aplicável;

c) Se sem Alvará de Licença, regularmente expedido e registrado, sem licença concedida de acordo com as prescrições da Lei, estiver sendo feita qualquer obra ou funcionando qualquer exploração ou instalação que depender de licença, não caberá embargo pela fiscalização da Secretaria de Planejamento Urbano, visto que trata-se de competência exclusiva da Secretaria da Fazenda;

d) São passíveis, ainda, de embargo, as obras licenciadas, de qualquer natureza, em que não estiver sendo obedecido o projeto, não estiver sendo respeitado o alinhamento ou nivelamento.

34) Segundo o Código de Normas e Instalações Municipais (Lei nº 300/1974), verificada a infração de qualquer das disposições deste Código, será lavrado um "auto de constatação", que substitui, para todos os efeitos, o auto de flagrante. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O funcionário que lavrar um auto de constatação de infração não assume a inteira responsabilidade

pelo mesmo auto, mas sim, o diretor do departamento competente;

b) O auto de constatação de infração não poderá ser lavrado simplesmente em consequência de uma notificação ou requisição, devendo a lavratura ser precedida de verificação pessoal do funcionário que a tiver de fazer

c) Os autos de constatação da infração, quando esta ocorrer tecnicamente, serão lavrados pela fiscalização, após parecer prévio de engenheiro ou arquiteto

d) Os autos de constatação de infração, relativos a infrações que não forem de ordem técnica, como falta de licença ou prorrogação de licença, desobediência de horários estabelecidos, falta de colocação de tabuletas nas obras, poderão ser lavrados não só pelo engenheiro ou arquiteto, mas também pelos funcionários que estão autorizados pela legislação em vigor a lavrar autos de flagrante.

35) Segundo o Código de Normas e Instalações Municipais (Lei nº 300/1974), a ocupação de logradouros públicos com mesas e cadeiras será tolerada:

(A) Quando não exceder a 30% do espaço dos passeios, a partir da testada;

(B) Quando não exceder a 40% do espaço dos passeios, a partir da testada,

(C) Quando não exceder a 50% do espaço dos passeios, a partir da testada;

(D) Quando não exceder a 60% do espaço dos passeios, a partir da testada.

36) O Código Tributário Municipal (Lei nº 223/1973), estabelece que os Contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando, especialmente, obrigados a:

a) Comunicar à Fazenda Municipal, dentro 30 Dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigações tributárias;

b) Exibir documentos e livros e prestar esclarecimentos que a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária;

c) Manter escrituração, em livros impróprios, dos fatos geradores de obrigação tributária, expedir guias, notas fiscais e outros documentos exigidos em Lei;

d) Não cumprir as exigências contidas nas Leis tributárias (ou delas decorrentes).

37) O exercício regular do poder de polícia Administrativa, a ser realizado pelos agentes fiscais do município, poderá ensejar o pagamento de qual tributo:

a) Contribuições definidas em lei federal;

b) Impostos;

c) Qualquer espécie de tributo, desde que previsto em decreto municipal;

d) Taxas.

38) A Lei nº 300/1974, dispõe que a ocupação do passeio público em toda a extensão da Avenida Atlântica e na Avenida Brasil, exceto no trecho entre a Rua 1101 e a Rua 2500, por bares, restaurantes e afins poderá ser feita mediante a implantação de deck de madeira. É INCORRETO afirmar que:

a) O deck deverá estar limitado a testada do estabelecimento em questão e poderá ocupar 50% (cinquenta por cento) da largura do passeio público, desde que sejam garantidos 03 (três) metros de faixa de passeio livre de obstáculos.

b) O deck deverá ser instalado da forma que possa ser facilmente removido sem danos ao espaço público que ocupa.

c) Será permitido o fechamento lateral e frontal dos decks com estrutura removível, e material de cor escura, tendo o proprietário do comércio a obrigatoriedade de contratação de engenheiro para desenvolver um projeto que se adeque a estrutura do estabelecimento;

d) A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária fará ou autorizará a readequação do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, floreiras, placas e outros objetos) em todos os passeios do Município quando julgar necessário

39) Conforme a Lei nº 300/1974, é expressamente proibido a colocação de anúncios, nos seguintes casos:

a) quando sua colocação não perturbar a perspectiva ou deprecia de qualquer modo o panorama;

b) quando não contém dizeres ofensivos à moral e aos bons costumes, tampouco fazem referências desfavoráveis a indivíduos, instituições ou credos políticos e religiosos;

c) quando em linguagem correta;

d) na pavimentação ou meio-fios dos logradouros públicos e, bem assim, nos monumentos, balaustradas, muros, muralhas, árvores ou quaisquer obras dos logradouros.

40) A Lei nº 300/1974, também dispõe sobre os lugares franqueados ao público, dentro destes, das casas de espetáculos. É INCORRETO afirmar que:

a) Os teatros e cinemas, bem como quaisquer outros locais de espetáculos públicos são sujeitos à verificação periódica de suas instalações e condições de segurança.

b) Os empresários de espetáculos públicos, poderão vender entradas em número superior à lotação da casa, considerando a estimativa de pessoas faltantes;

c) Nas casas de espetáculos de sessões contínuas, que não tiverem ar condicionado ou exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso mínimo de quinze minutos, para efeito de renovação de ar.

d) A instalação e o funcionamento de "dancings" e "boites" dependem de prévia licença da Municipalidade, sem prejuízo de exigências estabelecidas em leis ou regulamentos federais e estaduais, que regem a matéria.